

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 079

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE JUNHO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Durval Amaral*
Líder da Oposição *Waldyr Pugliesi*
PTB *Carlos Simões*
PFL *Plauto Miró Guimarães*
PSDB *Sérgio Spada*
PMDB *Nereu Moura*
PPB *Tony Garcia*
PT *Luciana Rafagnin*
PDT *Luiz Carlos Zuk*
PSL *Luiz Carlos Martins*
PL *Pastor Edson Praczyk*
PPS *Marcos Isfer*

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 016ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE JUNHO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Fernando Guimarães e Orlando Pessuti.

Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo expediente a ser lido, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 495/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 047/2001. Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, definir e atualizar normas pertinentes a consignações em folhas de pagamento de militares e de servidores civis, ativos e inativos, assim como de pensionistas do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ E SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO DA CCJ.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 495/2001**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 495/2001, de autoria do Executivo Municipal, autoriza a, mediante decreto, expedir, definir e atualizar normas pertinentes a consignações em folhas de pagamento de militares e de servidores civis, ativos e inativos, assim como de pensionistas do Estado do Paraná.

Sob os aspectos da constitucionalidade e legalidade, não há impedimento à tramitação da emenda em questão.

Cabe salientar que a emenda da Comissão de Finanças também está contemplada na Emenda de Plenário nº 1.

As alterações feitas restringem-se ao artigo 2º do Substitutivo apresentado nesta Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, segue anexo subemenda ao artigo 2º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 495/2001.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Sérgio Spada, Algaci Tulio, Ademar Traiano, Moysés Leônidas e Marcos Isfer.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBEMENDA AO ARTIGO 2º DO
SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI Nº 495/2001
MENSAGEM Nº 47/2001**

“Institui o Sistema de Consignação em folha de pagamento dos servidores públicos do Paraná no âmbito do Poder Executivo”.

Art. 1º - Permanece com a mesma redação.

Art. 2º - Além dos descontos compulsórios, será permitida a consignação de:

I - prêmio de seguro de vida em grupo, emitido por companhia de seguros, cujo estipulante seja a Parana Previdência;

II - mensalidade de plano de saúde e serviço de emergência médica e assistência funeral;

III - amortização de financiamento de casa própria;

IV - aluguel para fins de residência do consignante;

V - despesa efetuada em supermercado, farmácia e ótica;

VI - despesa hospitalar e odontológica;

VII - mensalidade de curso regular promovido por instituição de ensino fundamental, médio e superior;

VIII - mensalidade e outros descontos de associação assistencial e sindicato legalmente reconhecidos como organização representativa de classe de militar e de servidor público estadual do Paraná;

IX - auxílio financeiro de associação assistencial e sindicato legalmente reconhecido como organização representativa de classe de militar e de servidor público estadual do Paraná, ou empréstimos de instituição bancária, financeira e de entidade aberta de previdência privada;

X - contribuição para entidade aberta de previdência privada;

XI - despesa decorrente de crédito rotativo;

XII - amortização de empréstimos feitos por intermédio de cartões de benefícios ou de créditos, inclusive financiamento de bens duráveis.

Art. 3º e demais permanecem com a mesma redação.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 495/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 495/2001, de autoria do Executivo Municipal, autoriza a, mediante decreto, expedir, definir e atualizar normas pertinentes a consignações em folhas de pagamento de militares e de servidores civis, ativos e inativos, assim como de pensionistas do Estado do Paraná.

Sob os aspectos da constitucionalidade e legalidade, não há impedimento à tramitação da emenda em questão.

Cabe salientar que a emenda da Comissão de Finanças também está contemplada na Emenda de Plenário nº 1.

As alterações feitas restringem-se ao artigo 2º do Substitutivo apresentado nesta Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, segue anexo a nova redação do artigo 2º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 495/2001.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Serafina Carrilho, Algaci Tulio, Sérgio Spada, Caíto Quintana, Marcos Isfer, José Maria Ferreira, Orlando Pessuti e Hermes Fonseca.

Há um Substitutivo Geral da CCJ e uma subemenda ao Substitutivo Geral.

Inicialmente, vamos votar o Substitutivo Geral.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

É um projeto polêmico, confesso a V. Exa. e aos demais deputados que não tenho profundo conhecimento da matéria, mas pela emenda do projeto é uma coisa difícil. Aqui diz por decreto, o substitutivo diz que é mediante lei, só que o Governo entrar na folha de pagamento dos funcionários civis, militares, inativos e pensionistas, acho que é uma coisa que deveríamos ter um pouquinho de paciência e apelo à Liderança do Governo para retirarmos esse projeto por três, quatro ou cinco Sessões, para que possamos votar com conhecimento.

O Governo não tem dado aumento para o funcionalismo e nós, numa época de eleição, faltando quatro meses para eleição, ainda abrimos oportunidade para que o Governo com essa Parana-previdência, com um plano de saúde que numa reforma do quadro geral dos funcionários do Estado que o Governo mandou uma mensagem e retirou porque em alguns casos dava cinco ou seis reais de aumento nas classes finais do funcionalismo público.

Um plano de previdência em que fecha o IPE e ele vem a funcionar apenas por liminar, por medida judicial e nós funcionários do Poder Legislativo não temos mais IPE, não temos mais previdência; assistência médica, acho que poderíamos ter um pouquinho mais de paciência para que pudéssemos estudar com profundidade e não votarmos uma matéria no afogadilho.

É o apelo que faço à Liderança do Governo e a todos os deputados.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Atendendo o apelo do deputado Anibelli, proponho, se for do seu entendimento e se for da sua concordância que possamos retirar o presente projeto por duas Sessões, para dar o tempo necessário para podermos discutir o projeto e voltar então na semana que vem, até em função de que estamos encerrando o período.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Duas Sessões daria a semana que vem. Concordo e agradeço a sua benevolência.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Havendo entendimento entre as Bancadas de Situação e Liderança do Governo, nós vamos restituir à

CCJ, porque inclusive a Emenda não saiu, houve um erro, estou sendo informado aqui pelo deputado Orlando Pessuti.

Não está em condições de ser votado, só estão assinadas as emendas também pelo presidente e pelo relator. Não tem o apoio dos demais deputados.

Retorna à CCJ, para reestudo.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 568/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que estabelece, para as concessionárias de abastecimento de água, a obrigatoriedade de instalação de dispositivo que elimine o ar na medição do consumo de água, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDA DA CCJ.

Aprovada a emenda.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL,
DE PLENÁRIO, PROPOSTA AO
PROJETO DE LEI Nº 568/2001

P A R E C E R :

A Emenda Substitutiva Geral, de Plenário, proposta ao Projeto de Lei nº 568/2001, autoriza a instalação, por solicitação do consumidor, de equipamento eliminador de ar na tubulação que antecede o hidrômetro do imóvel.

A emenda substitutiva, como dispõe o regimento interno, no artigo 138, parágrafo 2º, abrange o conjunto da proposição e deve ser considerada como sucedâneo.

Possível, portanto, que a emenda em análise altere completamente o texto no projeto de lei, pois o mesmo deixa de obrigar a concessionária e o custo de instalação do equipamento fica a cargo do consumidor.

No âmbito de atuação desta Comissão Permanente, emitimos parecer favorável à tramitação da Emenda Substitutiva de Plenário, proposta ao Projeto de Lei nº 568/2001.

Sala das Comissões, em 04.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Plauto Miró Guimarães, Orlando Pessuti, Algaci Tulio, José Maria Ferreira, Ademar Traiano e Serafina Carrilho.

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/2002, que autoriza o Poder Executivo a firmar operação de créditos internos até o valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES, para financiamento de parte do

Programa de Integração do Transporte da Região Metropolitana de Curitiba. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDA DA COPTC. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 194/2002

P A R E C E R :

Oriundo da Mensagem do Poder Executivo, o projeto em questão autoriza o Poder Executivo a firmar operação de crédito interno até o valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES, para financiamento de parte do Programa de Integração do Transporte da Região Metropolitana de Curitiba.

O projeto recebeu pareceres favoráveis desta Comissão, da Comissão de Finanças e da Comissão de Obras desta Casa de Leis. Indo a Plenário, recebeu emenda apoiada por diversos senhores deputados acrescentando ao artigo 1º os termos “assim entendida aquela instituída pela Lei 6517 de 02 de janeiro de 1974 e alterações posteriores”.

A Lei 6517/74, alterada pelas Leis nºs 12.125/98 e 13.512/2002 tratam da inclusão dos municípios que fazem parte da RMC. Desta forma, a emenda contempla todos os municípios que atualmente fazem parte da RMC e conseqüentemente do Programa de Integração do Transporte, objeto deste projeto de lei.

Após análise desta Comissão, somos de parecer favorável à Emenda.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, José Maria Ferreira, Carlos Simões, Caíto Quintana, Ademar Traiano, Moysés Leônidas, Marcos Isfer, Serafina Carrilho, Orlando Pessuti, Hermes Fonseca, Antonio Carlos Belinati e Sérgio Spada.

Em votação a Emenda. **Aprovada.**

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Senhores deputados que aprovam, queiram levantar-se.

14 senhores parlamentares responderam que aprovam o projeto.

Senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

09 senhores parlamentares.

Não há quórum para decisão, só para continuação da Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Ato Administrativo:

ATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2002

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o noticiado nos protocolos nºs 1857/2001, 3313/2001 e 390/2001,

D E T E R M I N A :

Com base nos artigos 315 e seguintes da Lei nº 6174, de 16/11/70, alterada pela Lei nº 12.976, de 17/11/2000 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná), a instauração de Processo Administrativo Disciplinar contra a servidora MARIA ELIZABETH GUTHER CAMATI, por abandono de serviço por mais

de 30 (trinta) dias, designando os funcionários Pedro Alvares dos Santos, mat. 084; Helena Regina Stephan Moro, mat. 076 e Eldo Gevezier, mat. 056, como membros da Comissão processante, sob a Presidência do primeiro, o qual por sua vez, designará o membro que deverá secretariá-la.

Em conformidade com os artigos 316 e seguintes do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná, a Comissão iniciará os trabalhos em até 03 (três) dias após a publicação oficial desta determinação, com a duração de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogável sucessivamente, por período de 30 (trinta) dias, devendo ainda a Comissão, no prazo de três dias após a lavratura do termo de instrução, promover a citação da indiciada para em dez dias apresentar defesa, sendo-lhe facultada durante esse prazo, vistas do processo na dependência onde funciona a comissão, elaborando-se ao final, relatório aduzindo toda a matéria de fato onde se concluirá pela inocência ou responsabilidade da funcionária.

Publique-se

Cumpra-se

Curitiba, 07 de junho de 2002.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral